



Anais da Assembléia

Nº 71

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 20 DE JUNHO DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 68ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 1978

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Jurandir Messias e Rosário Pitelli.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (53); achando-se ausente o Senhor Deputado Aragão de Mattos Leão.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 12/78, convênio celebrado entre o Estado e o Município de Paulo Frontin.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1978.

(a) Luiz Roberto Soares

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido na cidade de Alto Piquiri, do Sr. AMÂNDIO SPIER.

O passamento do Sr. Amândio Spier, vem de consternar a comunidade de Alto Piquiri, visto que o extinto, pessoa das mais relacionadas, gozava de grande estima pelos seus dotes morais e de exemplar chefe de família.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, na pessoa de seu filho Sr. Lauri Remi Spier.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1978.

(a) Quielse Crisóstomo

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e com o apoio do Plenário, requer a inserção em ata dos trabalhos desta Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Edmundo Leinig Saporski, ocorrido recentemente nesta Capital.

O extinto foi Vereador à Câmara Municipal de Curitiba, Prefeito da Capital, Jornalista e Advogado. Seu passamento enluta a nossa vida social, cultural e política, principalmente da Capital onde teve uma atuação brilhante.

Requer, outrossim, que da deliberação desta Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1978.

(a) Erondy Silvério

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, indica os Senhores Deputados Lázaro Dumont, Augusto Carneiro e Basílio Zanusso para comporem na qualidade de componentes da Aliança Renovadora Nacional - ARENA — a CPI - Comissão Parlamentar da Ecologia, requerida pela maioria dos Senhores Deputados desta Casa.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1978.

(a) Luiz Roberto Soares

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, e na condição de Líder da Bancada do MDB, nesta Casa, procede, por este instrumento, a INDICAÇÃO dos Senhores Deputados Maurício Fruet e Valter Pietrângelo, na condição de titulares, e Renato Bernardi, como suplente, para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Florestas, Meio Ambiente e Ecologia.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1978.

(a) Enéas Faria

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo a Sua Excelência o Senhor Doutor João de Mattos Leão, no sentido de ser incluído no plano de obras prioritárias do Governo, no presente exercício, a instalação de uma Agência do Banco do Brasil, na sede do Município de Altônia.

Tal solicitação se faz, em razão do crescente desenvolvimento por que vem passando aquele progressista município de nosso Estado, comportando desta forma o atendimento deste estabelecimento bancário não só aquele município, como a toda região circunvizinha, com uma população de mais de 120.000 habitantes.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1978.

(a) Quielse Crisóstomo

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transpor-

tes, no sentido de que determine com urgência a recuperação da ponte do Alagado, localizada na divisa de Imbituva com Prudentópolis.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1978.

(a) Alfredo Gulin

JUSTIFICATIVA:

A ponte em questão está completamente podre, na iminência de ruir, o que coloca em risco a vida e integridade física, sem contar os danos materiais, daqueles que transitam pela mesma.

É uma ponte que liga o Município de Imbituva com Prudentópolis e é bastante utilizada pelos moradores daquela região, que estão preocupados com as condições da ponte, visto a necessidade que têm em passarem pela mesma, visto que lhes facilita a ligação de um município com o outro.

Assim pois, solicitamos aos ilustres Pares, o devido apoio e aprovação do presente.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 93/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE", de Toledo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1978.

(a) Egon Pudell

JUSTIFICATIVA:

Inegavelmente, a entidade acima que se pretende seja declarada de utilidade pública, presta relevantes serviços à sua comunidade, no campo da assistência em geral aos excepcionais.

Pela documentação anexa, verifica-se que a mesma preenche todos os requisitos legais para aquele fim, razão por que apresentamos o presente plano de lei à apreciação dos nobres Pares, contando com o seu apoio para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N.º 94/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Ana Nery", com sede e foro na cidade de Alto Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1978.

(a) Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços à comunidade de Alto Paraná.

De acordo com a documentação que anexamos ao presente estão preenchidos os requisitos essenciais previstos pela legislação estadual reguladora da matéria.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "A POLÍTICA ECONÔMICA PRECISA SER MAIS DE CAUSA E MENOS DE EFEITO.

O Governo Federal acaba de programar o tabelamento do preço do arroz. Sabemos que o arroz — depois de apresentar uma safra abundante em 1976/77 — comportou-se de forma negativa na safra atual, 1977/78. Foi a cultura mais atingida com

a seca que se abateu sobre o Brasil, chegando a perdas da ordem de 70% no Oeste Paranaense.

Logo, a preocupação governamental em tabelar foi em função da precariedade de oferta do produto para o consumo interno. Mas outros produtos também foram levados ao tabelamento, entre eles o feijão.

Ao tempo da super-safra de arroz do ano passado, os produtores pediram ao Governo — e não foram atendidos — um apoio mais presente, porque os preços estavam caindo abaixo dos custos de produção, em função da abundância de oferta. Agora, que há falta, o Ministério da Fazenda vem a público justificar o tabelamento em nome do combate à inflação.

Temo que a política anti-inflacionária do Governo esteja mais preocupada com os efeitos do que com as causas do ciclo econômico. Pelo seu coordenador de política econômica o Governo passa a se preocupar com o nível dos preços junto ao consumidor urbano, enquanto se descuida dos ganhos necessários à sobrevivência e fortalecimento do agricultor.

Ainda agora, estamos acompanhando o drama dos produtores de suínos e bovinos, com a falta de rações e obrigados a entregar seus rebanhos a preços que estão abaixo do mercado. Pois bem, dentro em pouco os preços acabarão disparando, porque não haverá oferta de carne a partir das fazendas.

Creio que o Ministro Mário Henrique Simonsen, a quem não faltam luzes como técnico, deveria observar mais as ponderações de caráter geral que partem do meio rural e dos homens que representam o setor de produção, inclusive a própria autoridade governamental do Ministério da Agricultura.

Por que, Senhores, uma política anti-inflacionária voltada para os efeitos e que descuida das causas dos fenômenos econômicos, não pode ter sucesso? Como desejamos que o governo vença a batalha da inflação — sem sacrificar o desenvolvimento e o bem-estar da população — é que formulamos um apelo para que as autoridades revisem os pontos aqui abordados, olhando principalmente para a situação de crise dos agricultores do Paraná e fomentando a produção para obter preços baixos no abastecimento."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Edilson Alencar, inscrito.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O Brasil comemora o Septuagésimo Aniversário da chegada dos imigrantes japoneses, com festividades alusivas em vários Estados. Em São Paulo, que concentra seu maior número, as comemorações foram oficializadas, demonstrando o apreço e o enlace entre os dois povos.

Nosso País obteve grandes vantagens com a imigração no geral, e particularmente com a imigração de japoneses na agricultura e no comércio; agora também na indústria.

Devemos muito à imigração. Nela se destacaram, como contribuição direta à base econômica nacional, italianos, alemães e japoneses. Eles trouxeram para nosso País, em vários contingentes imigratórios que se fixaram em áreas e zonas geográficas distintas, culturas e "know-how" superiores ao meio, dando especial impulso a muitas atividades como produtores diretos.

Quero dar ênfase à contribuição do imigrante estrangeiro à produção direta. A atividade produtiva direta, na agricultura, na criação de animais, no artesanato e pequena indústria, pois foi destas e nestas atividades produtivas que se formou e ampliou a agricultura e a criação intensivas e a criação e diversificação de indústrias tão necessárias à produção nacional.

Foram e são ainda fatores decisivos do desenvolvimento brasileiro, apoiados e apoiando indústrias de base patrocinadas e dirigidas pelo Estado. Esses dois polos do desenvolvimento criaram e aceleraram a intermediação comercial: o transporte, a

distribuição e o consumo. E é curioso assinalar que, no caso dessas imigrações, essas atividades não estavam substancialmente presas à especulação e à usura.

Em honra aos imigrantes japoneses e seus filhos, podemos dizer que cumpriram destacado papel no desenvolvimento brasileiro. Inclusive atuando nos ciclos econômicos que o dinamismo produtivo apontava: a agricultura e a cultura animal, o artesanato familiar, a distribuição de seus produtos e o comércio, e a indústria pequenas e grandes.

Não há dúvida de que foi sobremaneira vantajosa a imigração japonesa para o Brasil. Foram bem recebidos entre nós e retribuíram com trabalho e espírito de participação na vida comunitária e nacional. Porém, é preciso também registrar que encontraram o desafio social do meio mais atrasado, particularmente nas atividades rurais e que esse foi um obstáculo a sua maior integração cultural. Ademais, de portarem uma cultura característica, de tipo especial, diferente da Ocidental, da qual fomos uma pálida cópia e ainda, de certa forma, uma contra-facção.

Esta é uma das dificuldades que enfrentaram entre nós. De um lado, encontraram o espírito generoso e aberto do brasileiro à convivência; de outro, seu enorme atraso e a falta de meios materiais e culturais que, polarizando, permitisse rápido e fácil ajustamento. Até hoje, pessoas desprevenidas ainda "estranham" que os japoneses sejam "estranhos", isto é, diferentes.

Reconhecemos que não temos uma dinâmica econômica, social, política e cultural que atue como polarizadora, com a força que desejamos, a fim de formar rapidamente a comunhão de todos, nascidos ou chegados, na construção de uma grande nação.

Este ângulo do processo de integração nacional, entretanto, é secundário. Pois não é por essa via cultural que se dão os primeiros e decisivos passos na conformação comum de um povo: é a própria atividade produtiva e as relações sociais decorrentes, em obediência e respeito às leis e tradições de convivência. E isso, com toda a certeza, estamos vendo e entendendo os delineamentos positivos.

Ao prestar uma homenagem aos imigrantes japoneses e seus filhos, e a sua participação no processo de desenvolvimento brasileiro, quero, mesmo reconhecendo que uma terceira fase de participação e integração nipônicas — que se dá em termos empresariais e principalmente industriais — dizer que o fator decisivo, aquele que merece de todos nós o apoio irrestrito e a homenagem é e foi a imigração, em que o povo se irmanou e integrou com o povo, caminhando juntos para o futuro. O imigrante japonês, o nissei e o nipobrasileiro são os brasileiros que se integraram a uma civilização que pretendemos atinja um nível superior em breves décadas.

O grande capital é traiçoeiro e tende a superar e proscrever a identidade nacional. Se o recebemos bem, não esqueçamos nossa dependência a centrais externas de capitais e empresas.

Porisso, queremos, desta oportunidade, saudar o povo japonês e sua capacidade de trabalho e criação cultural, mas destacamos de maneira especial os imigrantes japoneses e seus filhos, brasileiros como nós pelo trabalho, pela vivência comum e pela aspiração a um destino glorioso neste imenso País."

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, para os vinte minutos restantes, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê): "Assunto da mais alta gravidade para a economia brasileira e principalmente à paranaense, a peste suína africana tomou conta dos noticiários nos últimos dias.

Como representante da região que provavelmente hoje

detém o maior rebanho suíno do País, cumpre-nos apoiar as medidas que vêm sendo tomadas, visando a contenção da expansão da moléstia.

Infelizmente, aos prejuízos da seca que frustrou nossa safra de milho, somam-se agora os provocados pela peste suína africana, pois, apenas pela sua presença no País e as conseqüentes medidas protetoras, a comercialização do suíno entrou em verdadeiro colapso. Esperamos que as medidas que estão ou vierem a ser tomadas possibilitem uma saída ao castigado suinocultor.

De outra parte, Srs. Deputados, parece-nos oportuno que esta Casa, como representante do Estado que abriga o maior rebanho suínico do País, manifeste, ao lado das Associações de Suinocultores, junto ao Ministério da Agricultura sua preocupação pela importação de reprodutores pela Multinacional Agrocere, sem os cuidados necessários, pois, conforme denúncia daquelas entidades, estamos correndo riscos de importarmos nova doença exótica a "doença vesicular dos suínos".

Para que se registrem nos Anais da Casa, passamos a historiar os passos que têm sido seguidos pelos técnicos, quer do Ministério da Agricultura quer da Associação Brasileira de Criadores de Suínos e suas Associações Estaduais, num trabalho digno que tem visado não somente a proteção dos nossos rebanhos mas também a defesa dos próprios interesses econômicos nacionais.

1 — "A suinocultura, seguindo os passos da avicultura, passou no mundo a fazer uma programação genética, de modo a obter o máximo de rendimento através da utilização de heterose, ou seja, através de cruzamentos programados".

2 — Os programas de hibridação em suínos começaram a se desenvolver no mundo, através de trabalhos de pesquisas e seleção desenvolvidos em sua maioria, por empresas dedicadas ao setor de produção animal. O citado trabalho de seleção requer um longo período e um grande investimento, o que levou empresas brasileiras a se interessarem na compra desses programas ou se associarem em empresas internacionais visando obter resultados a curto prazo em termos de Brasil.

Nesse sentido, o Ministério da Agricultura e a Associação Brasileira de Criadores de Suínos, visando:

a) a preservação do patrimônio genético já existente no Brasil;

b) evitar a criação de uma dependência da importação contínua de matrizes básicas, e pensando em evitar a ocorrência na suinocultura da dependência que existe na avicultura com empresas sediadas no exterior, e qual acarreta um dispêndio de divisas, seja em forma "royalty" ou importação de material genético, superior ao que o País obtém com a exportação de frangos, fixaram o seguinte ponto de vista: "Só permitir a entrada no País de programas híbridos que trouxessem o material genético básico (matrizes bisavós) para não haver a dependência de importação contínua".

Adotaram, como maneira prática de colocar em funcionamento esse controle a seguinte política:

a) permitir a importação somente de reprodutores acompanhados dos respectivos registros genealógicos expedidos pelas Associações Oficiais dos Países de origem;

b) que a importação não fosse só de animais e sim, também, do próprio programa trazendo consigo o "know-how" que permitisse a continuação dos trabalhos no Brasil em caráter independente;

c) que os suínos importados apresentassem através de certificados de teste de superioridade zootécnica que justificassem o investimento e o dispêndio de divisas.

Em decorrência dessa política, para a importação de programas de híbridos, a tramitação, já adotada integralmente por empresas interessadas, tem sido a seguinte:

a) consulta prévia ao Departamento de Animais de Pequeno e Médio porte - DAMPE — Ministério da Agricultura, com

a definição do programa a ser desenvolvido em nosso País;

b) apresentação das características zootécnicas dos reprodutores a serem importados e dos registros genealógicos, os quais encaminhados à entidade competente, Associação Brasileira de Criadores de Suínos, para emissão de parecer, o qual seria apreciado em segunda instância pelo DAMPE;

c) parecer final do Ministério da Agricultura;

d) autorização da CACEX para fechamento de câmbio e embarque de animais.

Dentro dessa política e com a finalidade de salvaguardar a integridade sanitária do rebanho suíno brasileiro, o Ministério da Agricultura não permitia a importação de suínos procedentes de países onde havia ocorrência de focos de doenças exóticas, há menos de dois (2) anos, como a "peste suína africana" e a "doença vesicular dos suínos", ambas caracterizadas pela rápida disseminação e causadoras de mortandade desenfreada de animais. Além disso, o Ministério da Agricultura exigia a fiscalização no país de embarque por parte de técnicos brasileiros, das condições sanitárias de propriedade onde era feito a quarentena e do próprio país exportador.

Como exemplo, citamos ser proibida a importação de suínos da Inglaterra, país que apresenta eclosão de focos de "doença vesicular dos suínos".

Estranhamente, tal política não está sendo seguida na importação de 3.000 cabeças de suínos, dos quais 500 já chegaram no Brasil em 08/06/78, importação esta feita pela multinacional Agrocere, de propriedade do Grupo Americano Rockefeller.

A autorização dada para a importação não só não segue a política que visa evitar a dependência econômica da estrutura de produção suínica como provém indiretamente da Inglaterra, País onde a "doença vesicular dos suínos" ocorreu a menos de um ano.

Burlou-se a orientação oficial, transportando-se as matrizes da Inglaterra para a França, onde nasceram os leitões ora importados.

Sobre o assunto assim se pronunciaram, os Presidentes das Associações de Criadores de Suínos, em telex que passo a ler: "Sabedores da chegada em Brasília do primeiro lote da importação de reprodutores suínos pela Agrocere no próximo dia sete, desejamos manifestar a V. Ex.^a, nossa estranheza pelo não cumprimento de normas consagradas pelo próprio Ministério da Agricultura e exigidas nas importações anteriores:

I — Não acompanhamento da quarentena no país de embarque por veterinário do Ministério da Agricultura, o que é agravado pelos seguintes aspectos:

a) os leitões a serem importados vieram no ventre materno de país que, por ter tido focos de doença exótica, não está liberado, pelas autoridades sanitárias brasileiras, para exportar suínos para o Brasil.

b) os leitões a serem importados virão com pouca idade, quando o desenvolvimento fisiológico ainda não permite a formação de anticorpos a níveis desejáveis, em função das vacinações obrigatórias.

II — Não existência de parecer zootécnico da Associação Brasileira de Criadores de Suínos e da repartição competente do Ministério da Agricultura, que tem a finalidade de atestar a validade do dispêndio de divisas em função de uma qualidade zootécnica, em razão de não terem sido recebidos quaisquer documentos pertinentes à importação.

A autorização dada para a importação, sem o cumprimento das normas vigentes poderá propiciar a entrada no País de mais uma doença exótica, levando a uma situação caótica o rebanho suíno brasileiro, já seriamente ameaçado, em sua integridade sanitária, pela eclosão de foco de peste suína africana, situação que se agrava quando sabemos da falta de estrutura laboratorial para diagnóstico diferenciado de doenças exóticas.

Nem ao menos, Senhor Ministro, o alto risco que estará

sendo corrido pode, ser justificado pela alegação de importação de material genético de qualidade, quando esta não foi caracterizada.

Pensando na defesa de um rebanho suíno de 35 milhões de cabeças, do qual depende significativamente a economia nacional em mais de 6 milhões de brasileiros envolvidos, direta ou indiretamente na atividade suínica, apelamos à consciência técnica e ao espírito de patriotismo de V. Ex.^a para reconsideração da matéria.

Ass. Hélio Miguel de Rose - Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Suínos;

Inivaldo Martini - Presidente da Associação Paranaense de Suinocultores;

Paulo Tramontini - Presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos;

Wagner Marchesi - Presidente da Associação Paulista de Criadores de Suínos;

José Adão Braun - Presidente da Associação de Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul."

No sentido de posicionar esta Casa sobre o problema, estamos apresentando requerimento no sentido de que seja enviado ao Ex.^{mo} Sr. Alysson Paulinelli, expediente sobre o assunto, requerimento este vazado nos seguintes termos: "Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Ex.^{mo} Sr. Alysson Paulinelli, M.D. Ministro da Agricultura, manifestando a solidariedade da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná à Associação Brasileira de Criadores de Suínos, Associação Paranaense de Suinocultores, Associação Catarinense de Criadores de Suínos, Associação Paulista de Criadores de Suínos e Associação de Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul, sobre a necessidade urgente de submeter as importações de suínos, por parte da empresa Agrocere, ao mais rigoroso controle do Ministério, dentro das normas que vinham sendo adotadas.

Requer, outrossim, envio de cópia do presente requerimento às seguintes autoridades:

Sr. Jayme Canet Júnior - Governador do Estado

Dr. Paulo Carneiro - Secretário de Agricultura

Dr. Hans Henning Günter - Secretário Executivo da Acarpa

Hélio Miguel de Rose - Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Suínos

Inivaldo Martini - Presidente da Associação Paranaense de Suinocultores

Cel. Mário Stadler de Souza - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

Agustinho Bukowski - Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1978.

(a) Deni Schwartz"

Esse é o requerimento, Sr. Presidente, e passarei às mãos de V. Ex.^a.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — V. Ex.^a me permite um aparte? (**Assentimento**). — Eu quero declarar antecipadamente meu voto favorável ao requerimento de V. Ex.^a. Realmente o assunto abordado nesta tarde, por V. Ex.^a, é dos mais graves, especialmente para a região Sudoeste do Paraná, que vem passando a sua mais grave crise econômica da história político-administrativa do Paraná. Tivemos o grave problema das secas que se abateu sobre todo o Estado, mas cujas consequências mais graves se localizaram na nossa região sudoeste do Paraná e no oeste do Paraná, também. A par do problema da seca, temos ainda um problema muito sério, que já foi objeto de pronunciamento de V. Ex.^a e meu, nesta Casa, o problema das notas promissórias rurais.

V. Ex.^a fez pronunciamento solicitando medidas do Con-

selho Monetário Nacional, das autoridades fazendárias do Governo Federal. Eu mesmo tive oportunidade de fazer dois pronunciamentos a este respeito, nesta Casa, e encaminhar Telex ao Banco Central solicitando a prorrogação do vencimento das notas promissórias rurais, com as mesmas condições das concordatas, com o mesmo prazo, com os mesmos juros.

Esperava ter recebido uma resposta do Banco Central na semana passada. Houve pronunciamentos também de diversas entidades interessadas no assunto. A Federação da Agricultura manteve entendimento pessoal; o seu Presidente, o Coronel Mário Stadler de Souza manteve entendimento pessoal com Sua Excelência o Ministro da Fazenda, para que fosse criada uma linha de crédito especial, pelo Banco Central, objetivando a prorrogação das NPRs, até agora, não se recebeu notícias. E aproveito a oportunidade em que Vossa Excelência aborda um assunto de tamanha importância para a região sudoeste, a suinocultura, que contribui decisivamente, para a economia regional e para a economia estadual, de vez que a suinocultura é responsável, por exemplo, por dezesseis por cento da arrecadação do ICM no Estado do Paraná. Para me solidarizar com Vossa Excelência, com o requerimento apresentado, e para reivindicar uma solução imediata para o problema das notas promissórias rurais, que afeta sensivelmente, os agricultores do sudoeste do Paraná.

Era o aparte.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte do nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, manifestando neste momento, inclusive, o meu apoio pessoal às medidas que o Governo Estadual e Federal estão tomando na prevenção da disseminação dessa terrível doença, que abate o nosso rebanho suínico.

Realmente, a situação é grave porque não só os efeitos diretos se manifestam, com a mortandade e a necessidade do abate de animais suspeitos, como também os efeitos indiretos, com a paralisação praticamente total, da comercialização dos derivados de suínos. Assim é, que além da quase impossibilidade do tráfego de animais entre os Estados, há também o efeito psicológico, que a população acaba sendo tomada de pavor, no consumo deste tipo de carne.

De outra parte, também me solidarizo com o Deputado, ao solicitar, ao exigir as medidas, as decisões que o Banco Central deva tomar com relação às notas promissórias rurais.

Era o requerimento, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Consulto à Liderança do MDB, sobre se deseja ocupar o espaço que, regimentalmente, lhe é reservado. (Pausa) (Declina)

Consulto à Liderança da ARENA sobre se deseja ocupar o espaço que lhe é reservado. (Pausa) (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. LÚCIO MACHADO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência defere. (Faz soar os tímpanos)

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Responderam à chamada nominal 30 Srs. Deputados.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO — 3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 171/77, de autoria do Deputado DEL CIEL, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CAMBÉ", com sede e foro na cidade de Cambé. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 27/78, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IBIPORÁ, com sede e foro na cidade de Ibiporá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 33/78, de autoria do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que outorga título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Senhor Desembargador FRANCISCO DE PAULA XAVIER FILHO. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 37/78, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E HOSPITALAR DE CONTENDA — A.B.H.C.", com sede e foro na cidade de Contenda. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 72/77, de autoria do Deputado WILSON FORTES, que autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Jacarezinho, uma Escola Técnica Agrícola 1.º e 2.º ciclos para funcionar, a partir do ano letivo de 1.978. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 86/77, de autoria do Deputado ENÉAS FARIA, que cria o Museu de História do Paraná, com sede em Curitiba, autorizando o Poder Executivo proceder sua instalação e dá outras providências. Pareceres CONTRÁRIO da C.C.J., por maioria, da C.F., por unanimidade e FAVORÁVEL da C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 162/77, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que proíbe a publicidade do uso de cigarros e bebidas alcoólicas nas Rodovias Estaduais e no interior de veículos de transportes coletivos no Estado do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 39/78, de autoria do Deputado DENI SCHWARTZ, que denomina "Rodovia Antônio Baby" a estrada PRT-280, que liga a localidade de Santa Rita no Município de General Carneiro, a sede do Município de Pato Branco. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Para encaminhar a votação.)
Sr. Presidente, este Deputado há alguns meses atrás apresentou projeto de lei, dando denominação a um viaduto construído pela Secretaria dos Transportes, de acesso à cidade de Palmas.

E assim o fez porque a pessoa que se pretendeu homenagear foi um dos pioneiros da região sulina do Estado do Paraná e merecedora de todos os títulos dessa honraria.

Este viaduto que pretendi conferir uma denominação, não faz parte da estrada que liga Santa Rita até o Município de Pato Branco, porque foi feito às expensas do Departamento de Estradas de Rodagem, visando unicamente facilitar o acesso ao Município de Palmas e, mais especificamente, à sua sede.

Ocorre que este projeto do Deputado Deni Schwartz, que pretende denominar "Rodovia Antônio Baby" a Estrada PRT-280, que liga a localidade de Santa Rita à sede do Município de Pato Branco e com isso pretenderia homenagear realmente um ilustre homem público, inclusive, de minha cidade, União da Vitória, o ex-Deputado Antônio Baby, à uma rodovia federal. Apenas foi delegada à Secretaria dos Transportes, a sua execução para posterior ressarcimento por Parte da Secretaria dos Transportes, ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Razão pela qual, não me parece aceitável, que o legislador estadual pretenda conferir denominação a uma estrada, a um segmento rodoviário federal. Razão pela qual eu queria manifestar desde já o meu voto contrário e pedir aos demais pares desta Casa, que me acompanhassem nesse voto, em razão da maneira pouco ortodoxa que se pode vislumbrar neste projeto que eu confesso, de toda justiça, do nobre Deputado Deni Schwartz, mas que lamentavelmente foge dos padrões aceitáveis porque se pretende, através de lei estadual, conferir uma denominação a uma rodovia federal.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Em votação o Projeto de Lei n.º 39/78.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Para encaminhar a votação) —

Sr. Presidente, a idéia de denominarmos Rodovia Antônio Baby à PRT-280 - portanto, do plano estadual - que liga Santa Rita-Pato Branco, foi no sentido de homenagear o cidadão que também é pioneiro daquela região.

Nascido em Rio Claro, Sul do Paraná, um cidadão que atingiu — até hoje — um dos mais altos cargos atingidos, em União da Vitória e na região. Eis que, Vereador por União da Vitória, Deputado Estadual e, por duas vezes, Deputado Federal. Homem tão ligado à região que, quando disputou a Câmara Federal, o fez em dobradinha a outro ilustre homem daquela região, pai do ilustre Líder da ARENA, que, nos dias de 1.960, disputou a Câmara Federal, em dobradinha com Antônio Baby. O que mostra ter sido esse cidadão homem da maior respeitabilidade.

Além do mais, Sr. Presidente, o ex-Deputado Antônio Baby, ferroviário, homem humilde que conseguiu galgar esses postos, foi chamado a ser um dos Diretores da Rede Ferroviária Federal.

Portanto, me parece justa esta homenagem.

Mas, tem mais em relação a esse Deputado: tenho, em meu Gabinete, carta escrita do próprio punho do Deputado Antônio Baby, numa verdadeira briga que ele manteve, durante tanto tempo, com o seu colega de bancada do antigo PTB, Maia Neto, porque, Antônio Baby, no Congresso Nacional, lutou, durante muito tempo, para federalização da estrada União da Vitória-Barracão, para a inclusão, no plano rodoviário federal, dessa estrada.

Infelizmente — infelizmente, digo — porque, pelo documento que tenho em mãos, demonstra-se, claramente, que havia um verdadeiro boicote para com a região Sul do Paraná. E nós todos sabemos, Sr. Presidente, que a estrada Pato Branco-Três Pinheiros foi feita por interesses escusos, para retirar de Manguierinha os pinheiros que lá estavam.

Realmente, foi o caminho mais curto para se chegar ao Sudoeste. E agradecemos isso. Mas, o interesse primeiro foi retirar os pinheiros, foi o interesse dos magnatas da época, inclusive representados nesta Assembléia, para retirar os pinhei-

ros de Manguierinha, pinheiros dos índios, para trazê-los por asfalto, como estão trazendo agora.

Por isso, Sr. Presidente, esse homem que foi Deputado Estadual, foi Vereador, Deputado Federal, e é bom que se diga, tinha a desvantagem de não ter tido um título de doutor na frente de seu nome, e talvez, também, por ter pertencido ao PTB — porque temos um exemplo, nesta Casa, não se dá o nome a este plenário de Waldemar Daros, porque os Deputados se amedrontaram — talvez — mas desapareceu o projeto do ilustre Deputado Jayme Carvalho. Talvez a maior inconveniência que se denomine essa estrada Antônio Baby seja por ele ter sido um simples. E mais do que isso, por ter pertencido ao PTB.

Mas, eu, Sr. Presidente, acho que deveríamos homenagear esse cidadão. Porque, se for assim, não votaremos mais nome algum nesta Assembléia, nem de D. Anita Canet. Porque, o Hospital que se denominou Anita Canet tem verbas federais.

Acredito que é o momento de se dizer o que pensamos.

Apelo aos ilustres Deputados desta Casa, da ARENA e do MDB para que prestigiemos o legislador, porque, se formos procurar méritos ... nós temos até uma estrada com o nome do pai do Governador, que se propôs. E, quanto a ser estadual, ou não, fica a pergunta: de quem é o dinheiro que está lá? Se não é estadual, qual a razão de o Sr. Governador estar a inaugurar e dizer que o Governo fez, porque o Governo Federal não tinha condições de fazê-la? A estrada foi feita, com dinheiro paranaense e dentro do Paraná, na região mais sofrida que teve este Estado durante toda a sua história, ele é um pioneiro, foi Deputado da região de todo o Sul e Sudoeste do Estado, merece, portanto, esta homenagem, como tantos outros ilustres e não tão ilustre paranaenses que já foram homenageados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Continua em votação o Projeto de Lei n.º 39/78.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Para encaminhar a votação).

Gostaria, Sr. Presidente, de opor alguns reparos ao encaminhamento de votação, feita pelo nobre Deputado Deni Schwartz, e o faço, fundamentado nos fatos, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, gostaria de esclarecer à Casa de que a denominação BR 280 é transitória, de vez que a rodovia é federal.

O nobre Deputado Luiz Roberto Soares, ao declarar o seu voto contrário ao projeto do nobre Deputado Deni Schwartz, não quis, em absoluto, negar os méritos do ilustre ex-parlamentar paranaense Antônio Nuevo Baby, apenas, alegou uma razão que me parece, de todo, compreensível — a rodovia é federal, conseqüentemente, esta Assembléia não tem poderes para denominar uma rodovia federal, como é simples imaginar-se este Poder, tentando denominar de Antônio Nuevo Baby, por exemplo, um prédio federal, o Palácio Planalto. Assim sendo, acompanho o raciocínio e o voto do Líder Luiz Roberto Soares. Voto contrariamente, reconhecendo os méritos do ex-Deputado Antônio Nuevo Baby, e até sugeriria ao nobre autor do projeto, de que, transformasse o seu projeto, em apelo, ao qual eu votaria favoravelmente, dirigido ao Ministério dos Transportes, para que denominasse uma rodovia federal, no Estado do Paraná, ou até mesmo uma ferrovia, tendo em vista que o Sr. Antônio Nuevo Baby era homem altamente ligado ao setor ferroviário, no Estado do Paraná.

Voto portanto, Sr. Presidente, por esta razão, contrariamente ao projeto do Deputado Deni Schwartz.

Agora, Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar ao eminente Deputado Deni Schwartz, que, esclarecesse exatamente as suas palavras, quando alegou ter havido interesses escusos na construção da rodovia que liga Pato Branco a Francisco Beltrão, construída no Governo do eminente ex-Governador

Paulo Pimentel.

Todos nós sabemos que, à época, o Governo do Estado não possuía recursos para fazer a ligação do Sudoeste do Paraná, através de União da Vitória. Imaginava-se, inicialmente, uma rodovia federal, ligando União da Vitória a Santa Rita, para que, posteriormente, o Governo do Estado pudesse fazer a rodovia, passando pelos municípios de Palmas, Clevelândia, Mariópolis, Pato Branco, para encontrar a rodovia Pato Branco/Francisco Beltrão, ligando até Barracão.

Entretanto, essas palavras "interesses escusos" devem ser explicitadas, nesta Casa, especialmente porque o Sr. Deputado Deni Schwartz faz uma grave acusação nesta Casa, e é preciso que todos nós Deputados Estaduais, quando façamos qualquer tipo de acusação, tenhamos condições de comprová-la. Por outro lado, a alegação de que o Governo do Estado foi quem aplicou os recursos necessários à construção de uma rodovia — que já foi denominada Rodovia da Desesperança que somente agora, no atual Governo foi construída com os recursos do Governo do Estado — é verdade, mas, que será ressarcida pelo Governo Federal em termos de convênio existente entre a Secretaria de Transportes e o Governo Federal, também é verdade. — **(Com revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)** — Continua em votação o Projeto de Lei n.º 39/78.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)** — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Endossando as palavras do eminente Deputado Deni Schwartz, com referência a pessoa do ex-Deputado Antônio Baby, é louvável a sua iniciativa, mas o eminente Deputado falou mas não disse: a contestação apresentada, com referência a estrada, que é uma estrada federal, nós gostaríamos de votar favoravelmente o projeto, uma vez provada que a estrada é estadual e se for federal, só caberia a sugestão apresentada pelo eminente Deputado Luiz Alberto Oliveira, no sentido de que formulasse apelo ao Ministério dos Transportes, sugerindo o nome do ex-Deputado Antônio Baby, ou que se denominasse uma outra estrada.

Se comprovar de que a estrada não é federal e sim estadual, nós votaremos favorável, caso contrário não vejo como nós podemos homenagear o ilustre homem público que serviu ao Paraná, por tanto tempo. — **(Sem revisão do orador)**

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)** — Continua em votação o Projeto de Lei.

Concedo a palavra, no encaminhamento, ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Levanta-se, Senhor Presidente, nesta Casa, à hora da votação, uma dúvida no tocante ao projeto que pretende denominar de Rodovia Antônio Baby, a PRT-280.

Parece-nos até certo ponto estranho, embora respeitando o seu ponto de vista, que Sua Excelência o Sr. Deputado Gilberto Carvalho, estabeleça esta dúvida em termos tais e que conclua pela apresentação de uma prova de que a rodovia é estadual ou federal.

O parecer que foi objeto de discussão na Comissão de Constituição e Justiça, da qual Sua Excelência, é um dos membros mais ilustres, subscrito pelo eminente Deputado Fabiano Braga Côrtes, na qualidade de relator da matéria, conclui quanto ao aspecto legal e constitucional, objeto de análise que não existe óbice algum que possa impedir a sua aprovação por esta Casa.

Colocar em dúvida, Senhor Presidente, sem que se faça, isto sim, uma evidente prova em contrário, é tachar de leviana, a conclusão do relatório da matéria.

Não se pode chegar a outra conclusão, Senhor Presidente,

Senhores Deputados e ademais, nem mesmo a afirmativa de que a PR seria uma denominação transitória, ou ela seria uma estrada paranaense transitória, e talvez seja este o significado: PRT-PRT, como está na própria denominação do projeto, nem isso tira a competência da Casa de, tendo a estrada sob (sua) jurisdição do Estado do Paraná, dar-lhe uma denominação.

Naturalmente, e se for o caso de voltar à competência do poder federal, este dirá se modifica ou não a sua denominação.

Parece-me, Senhor Presidente, de que, afastada a decisão, até certo ponto, partidária e, também, que se liga à matéria mas, analisando equidistante de qualquer sentido partidário, a conclusão a que chegou a Comissão de Constituição e Justiça deve ser acatada pela Casa, Sr. Presidente, porque contra ela apenas se opõem hipóteses, ao passo que, o projeto, na sua tramitação pela Comissão, foi objeto dessa verificação.

Ora, se não existe impedimento legal, nem constitucional para que ela seja aprovada, não seria uma simples dúvida que nos levaria a votar contrariamente ao projeto.

De modo que, Sr. Presidente, gostaríamos de deixar, como de fato deixamos, registrado e reiterado nosso voto favorável ao projeto, esperando que os eminentes componentes da bancada majoritária desta Casa, dêem, ao projeto, a apreciação que, realmente, está a merecer a proposição, de vez que, mesmo sendo transitória a situação dessa estrada, como pertencente ou como estrada do Paraná, nada impede de que o Estado do Paraná lhe dê a devida denominação.

Diante disso, quer nos parecer, isso sim, Sr. Presidente, que seria um fato alheio à natureza do projeto que estaria motivando a sua recusa por esta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. **(Com revisão do orador).**

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)** — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, não pretendemos encaminhar, porque não posso, mas, simplesmente, para fazer uma justificativa porque faço parte da Comissão de Constituição e Justiça, esse projeto quando foi para aquela comissão, foi como projeto "PR", foi esse o motivo que nós demos o parecer favorável. Não vai, aí, nenhum espírito partidário nesta posição, porquanto nós conhecemos o ex-Deputado e que merece todo o nosso respeito. Eu quando recebi esse projeto, o recebi como "PR" e, baseado nisso, é que foi dado o parecer.

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)** — Em votação o Projeto de Lei n.º 39/78.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)** — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Só para esclarecer a questão levantada pelo nobre Deputado Muggiati Filho, também tenho prazer e a honra de participar da Comissão de Constituição e Justiça, desta Casa; e não estava presente quando foi votado este projeto, porque, senão, teria feito o reparo na época oportuna à frente da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)** — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente. Para que não pairessem dúvidas e o nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira que tem entre seus familiares muitas pessoas que ocuparam cargos de destaque, eu quero, neste momento, testemunhar que os interesses escusos, junto às áreas indígenas, não partiram de pessoas ligadas ao ilustre Deputado que, diga-se de passagem, sempre lutaram, inclusive, por interesses do seu próprio domicílio eleitoral, que é Clevelândia. Mas, para que este Deputado não fique no dizer, houve interesse em fazer a estrada Três Pinheiros — Pato Branco, para se retirar madeira, por asfalto,

da terra dos índios; e, tenho em mãos a escritura, estou preparando um pronunciamento a respeito.

Tenho em mãos a escritura e darei nome aos bois. São 3.707 alqueires, ou 8.975,8 hectares da parte C, da Colônia K, de Manguelrinha, que no dia 26 de fevereiro de 1.961 foi vendida para a firma Slaviero e Filhos Sociedade Anônima, Indústria e Comércio de Madeiras. Anteriormente, para que fique bem claro, no dia 26 de maio de 1.960, em escritura pública lavrada na então Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, 6.^o Tabelionato, do Dr. Otávio de Alencar de Lima, da capital, vendeu para Osvaldo Forte e outro os 3.707 de terra que falei. Esses os grupos interessados em fazer a estrada, conseguiram a estrada que foi benéfica o Sudoeste, Vossa Excelência, inclusive o Presidente é testemunha disso, mas que com isso desviou o sul do Paraná e por isso hoje nós queremos homenagear alguém que teve uma luta muito grande para conseguir a estrada passasse no sul.

Obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço o reparo que o nobre Deputado Deni Schwartz fez, a respeito da luta que meus parentes, meus ancestrais têm tido na região sudoeste, com modéstia. Entretanto, não me convence a argumentação apresentada pelo nobre Deputado Deni Schwartz, não tenho procuração de quem quer que seja para defendê-los, nesta Casa, entretanto voltarei ao assunto após o discurso prometido pelo nobre Deputado Deni Schwartz, porque entendo que as razões que levaram o Governo do Estado a construir a Rodovia Pato-Branco-Três Pinheiros foram razões de ordem eminentemente técnicas, e inclusive, à época, nós defendíamos, a nossa corrente política, defendia a ligação entre União da Vitória — Palmas — Clevelandia — Mariópolis — Pato Branco para ligar até Barracão, a par da construção da rodovia construída pelo ex-Governador Paulo Pimentel.

E não somente esta rodovia Pato Branco-Três Pinheiros que tem trazido inúmeros benefícios a região Sudoeste do Estado. Se fosse correto o raciocínio do nobre Deputado Deni Schwartz, nós não poderíamos, por exemplo, fazer uma rodovia que passasse perto de uma propriedade de Sua Excelência no Sudoeste do Estado do Paraná.

Eu sei, por exemplo, que o Governo do Estado está construindo diversas rodovias no Sudoeste e algumas que beneficiarão legitimamente as propriedades do nobre Deputado Deni Schwartz.

Por esta razão entendo que não pode ter sido este o motivo alegado, que foram interesses escusos para a construção da rodovia.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência, antes de conceder a palavra pela ordem a outros Deputados, a Presidência sente-se no dever de mandar expungir das notas taquigráficas e deseja que o Sr. Deputado Deni Schwartz concorde com a Presidência, as expressões por ele proferidas na sua primeira intervenção na discussão da matéria, digo melhor, no encaminhamento de votação da matéria.

A Presidência ouviu bem quando Sua Excelência assim se expressou: "interesses escusos, inclusive representados nesta Assembléia". Como na justificativa do Sr. Deputado não isentou de responsabilidade os Srs. Parlamentares com assento nesta Casa de Leis, e por outro lado não os identificou, a Presidência sente-se no dever de solicitar das notas taquigráficas expunjam-se as expressões declinadas pelo Sr. Deputado Deni Schwartz no encaminhamento de votação, aquelas que dizem "representados nesta Casa". As demais a Presidência não deve contestar porque não cabe à Presidência discutir o mérito

da matéria.

Todavia, na salvaguarda do bom nome dos Srs. Parlamentares de ambos os partidos, deseja que se expunjam das notas taquigráficas as expressões "representados nesta Casa". O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, pela ordem.

Para esclarecer, que faltou apenas um trecho, se não estaria correto. "Representados à época", inclusive, quando os atuais partidos nem existiam. Mas, à época, eram representados nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência aceita a correção agora feita pelo Sr. Deputado Deni Lineu Schwartz.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente.

Não vou tratar dos interesses escusos porque, não é disso que cuida o projeto. A preocupação, diz respeito à decisão que esta Casa vai tomar, em face do objetivo consubstanciado no Projeto de Lei n.º 39/78.

Desde que não cabe a aplicação aqui, do princípio processual "in dubio pro reo", em face de que nós estamos diante de uma questão de competência, não me parece lógico e nem sequer razoável, que a decisão a ser tomada pela Casa, esteja fundamentada numa dúvida se a rodovia a ser denominada é estadual, ou federal.

Não me parece que tenha incorrido em erro, à primeira vista, nem o autor do projeto, ao propor a denominação, como tão pouco, o ilustre Deputado Fabiano Braga Côrtes, Relator da matéria na C.C.J.

De outro tanto, não posso por em dúvida a palavra do eminente Deputado Luiz Roberto Soares, e no que foi secundado pelo ilustre Deputado Luiz Alberto Oliveira. E diante desta situação em que me encontro, para manifestar-me através do voto, que acredito, na qual estejam todos os Srs. Deputados, eu me permitiria, Sr. Presidente, sugerir à Mesa, que suspendesse a tramitação do projeto e o convertesse em diligência, para verificar, se se trata realmente de uma rodovia estadual ou federal, a fim de não correremos um duplo risco a saber:

O primeiro, o de rejeitar o projeto sob o pressuposto de que se trata de uma rodovia federal e não o é, e sim, estadual. O segundo: O de aprovarmos o projeto, e ele vier a ser vetado, por se tratar de rodovia federal.

O fato de se encontrar em regime de urgência, Sr. Presidente, não significa que essa minha proposta deva ser rejeitada de pronto. Eu segeriria, então, também, que Vossa Excelência colocasse essa proposta à deliberação do Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência tropeça em dispositivo regimental, para acolher a sugestão do Sr. Deputado Accioly Neto.

O Regimento Interno considera que os requerimentos pretendendo adiamento de votação, não poderão incidir sobre matéria em votação, e em regime de urgência.

Ocorre que o Projeto de Lei n.º 39/78 está em regime de urgência, e como tal, capitulado entre matéria que não deva merecer adiamento de votação.

Esta disposição regimental, salvo decisão unânime do Plenário, que poderia respaldar uma posição da Presidência, seria o empecilho de que, de ofício, a Presidência atendesse esta solicitação.

Todavia, se houver manifestação unânime, a Presidência poderá acolher sugestão do eminente Deputado Accioly Neto, mesmo porque entende, propiciaria melhor entendimento e poderia melhor orientar o plenário numa intervenção futura, quanto à deliberação da matéria pelo seu mérito.

O SR. MUGGIATI FILHO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, tenho a impressão

de que nós poderíamos chegar facilmente a um acordo quanto à matéria. De vez que ela necessita de três votações. E, a fim de não ficarmos num impasse, ela poderia ser muito bem aprovada em primeira discussão e suspensa em segunda discussão, sem que se abrisse um precedente nesta Casa, que poderia ser dos mais injustos possíveis, porque de outras matérias já se pediu adiamento nesta Casa, talvez até de maior importância do que esta, e foi negado com base no dispositivo regimental que não permite, na fase de votação, o adiamento da matéria.

A sugestão, portanto, do nobre Deputado Accioly Neto, que me parece toda válida, ficaria apenas acrescida deste fundamento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência acaba de receber requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini. Entende a Presidência que o requerimento de Sua Excelência esbarra exatamente com a proibição contida no artigo 177, do Regimento Interno, razão pela qual deixa de recebê-lo.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Tanto a clarividente proposta do eminente Deputado Accioly Neto, secundado também por uma proposta muito pertinente, do nobre Deputado Muggiati Filho, merece um acolhimento da bancada da Aliança Renovadora desta Casa.

Razão pela qual, manifesto nosso voto no sentido de aprovar, em primeira votação, o projeto do Deputado Deni Schwartz, no pressuposto de que, em se constatando que, efetivamente, a rodovia é federal, também consigamos a votação contrária da bancada do Partido da Oposição nesta Casa, porque seria a maneira mais racional, mais correta, de se dirimir este impasse.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência vai colocar em votação o Projeto de Lei n.º 39/78.

E solicita, portanto, empenho das lideranças para a identificação da aludida rodovia, para a próxima sessão de quinta-feira, porquanto a Ordem do Dia para a sessão de quarta-feira, observado o interstício regimental, já foi anunciada na sessão de ontem; e a matéria da presente sessão será, obrigatoriamente, anunciada para a próxima sessão vespertina, de quinta-feira próxima.

Em votação, Projeto de Lei n.º 39/78.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, o Deputado Deni Schwartz, tenho a impressão que foi bastante feliz quando, no encaminhamento de seu projeto, levantou o problema da "Três Pinheiros".

Aguardarei, Sr. Presidente, o pronunciamento do Deputado Deni Schwartz porque, naquela época, o então Governador do Estado, retirou diversos maquinários de firmas que construíram a Estrada Guarapuava-Campo Mourão, já com o seu projeto pronto com ordem de serviço e inclusive com aproximadamente trinta por cento daquela estrada, em seu serviço de terraplanagem concluído.

Foi retirado, Sr. Presidente o maquinário; as firmas retiraram, por ordem do Sr. Governador de então, para que, com a máxima urgência — e aí então me parece que, o Sr. Deni Schwartz está inteiramente com a razão, de que me lembro perfeitamente, que este maquinário foi tirado até à noite; altas horas da noite, os caminhões estavam transportando as máquinas pesadas, para urgenciarem a "Três Pinheiros". E ficou até hoje, Sr. Presidente, aquele serviço totalmente perdido. E entendemos que o Governo de então deve ter gasto uma

importância relativamente grande e não vimos frutos nenhum daquele trecho que seria asfaltado e conseqüentemente foi concluída a "Três Pinheiros".

Então eu prefiro aguardar o pronunciamento do Deputado que tem provas em mãos e que trará à esta Casa, possivelmente.

Com referência ao projeto que denomina "Rodovia Antônio Baby" a estrada 280, apesar de não termos conhecimento da vida, principalmente parlamentar, daquele ex-Deputado, mas sabemos alguma coisa, que o mesmo fez de bom.

O então Deputado Antônio Baby criou, através do IPASE; Ele foi o pioneiro, foi através do seu esforço, da sua dedicação, do seu trabalho, ele criou postos de assistência médica, dotando-os de tudo aquilo que favorecesse na época àqueles menos favorecidos.

Inclusive na região do sul, na região sudoeste. Porque era privilégio, Sr. Presidente então, que estes postos do IPASE fossem criados nas grandes cidades. Mas, graças à luta, o empenho daquele Deputado, ele conseguiu levar estes postos do IPASE; inclusive com médicos, dando assistência total à gente do sudoeste.

Ele levou e criou, em quase todas as cidades do Sudoeste. Então só isto para mim já é um motivo de votar favorável ao requerimento.

Mas antes, Sr. Presidente, de declarar o meu voto, eu queria ressaltar alguma coisa.

Eu pretendo e devo entrar, ainda na sessão de amanhã, com um requerimento de pedido de informações ao DNER, para que informe com urgência a esta Assembléia, se a Estrada 280, realmente é federal ou é estadual.

Após o requerimento, eu me reservo o direito de na segunda votação, votar também contrário, desde que comprovada pelo DNER fique confirmada que a estrada é realmente federal; caso contrário o meu voto será também, na segunda e terceira votação, favorável ao projeto de lei do Deputado Deni Schwartz.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência sente-se no dever de enaltecer os grandes benefícios advindos ao progresso da região sudoeste do Paraná, com a construção do sub-trecho da BR-373, sub-trecho Três Pinheiros-Pato Branco.

As estatísticas demonstram que foi um dos segmentos rodoviários que no mais curto espaço de tempo, pode ressarcir o Governo, do dinheiro ali aplicado.

Era o comentário que a Presidência desejava fazer, sem absolutamente entrar no mérito das discussões que se feriram nesta Casa.

Em votação no turno de 1.ª discussão, o Projeto de Lei n.º 39/78, de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 62/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 62/78, que objetiva conceder pensão mensal de calor igual a 5 (cinco) salários mínimos ao Doutor Arthur Martins Franco, ex-Professor e um dos fundadores da Universidade Federal do Paraná. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 75/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 65/78, que dispõe sobre créditos tributários pertinentes ao imposto de operações relativas à circulação de mercadorias, na forma específica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sobre a mesa, expe-

diente, firmado pelo Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados Lázaro Dumont, Augusto Carneiro e Basílio Zanusso, para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre Florestas, Meio Ambiente e Ecologia. — **Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.**

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados Maurício Fruct e Valter Pietrângelo, na condição de titulares e Renato Bernardi, como suplente, para integrarem a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Florestas, Meio Ambiente e Ecologia. — **Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Edmundo Leining Saporski, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Amandio Spier, ocorrido na cidade de Alto Piquiri. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, de cuja decisão da Presidência em não recebê-lo, S. Ex.^a regimentalmente, recorreu da decisão da Mesa à consideração do Plenário. S. Ex.^a requer que se designe a data de 20 de junho corrente, a fim de serem ouvidos, em audiência por esta Assembléia, o Ex.^{mo} Sr. Secretário do Interior e o Sr. Presidente da SANEPAR, conforme decisão já adotada pela Casa em 10 de maio próximo passado.

A Presidência, com respaldo constitucional e regimental, deixou de receber o aludido requerimento, por considerar que, tendo sido convidada a autoridade aqui citada, depende da vontade da parte, o seu comparecimento a este Plenário, diferindo, portanto, da matéria que consubstancia convocação de Secretário de Estado.

Desta decisão, o Deputado autor do requerimento recorreu da decisão da Presidência, ao Plenário.

Na fase de votação, houve requerimento de Plenário, requerendo verificação de votação, e constatou-se inexistência de quorum para a aprovação ou rejeição, da decisão da Mesa.

Por esta razão, a Presidência não vai colocar em votação o requerimento do eminente Deputado Nilso Sguarezi. Todavia, colocará à consideração do Plenário, a decisão da Mesa, que tem o respaldo regimental.

Está em votação ...

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem) Sr. Presidente, novamente valho-me do respaldo regimental, para tentar uma composição com a bancada da Oposição, no que diz respeito à convocação do Sr. Secretário do Interior, e do Sr. Presidente da SANEPAR. O que ocorre é que, na realidade, este convite com data e hora marcadas, deixou de ser um convite para se transformar em uma intimação.

Todavia, mais uma vez, disponho-me e proponho-me a convidar ambos, a comparecerem nesta Casa. E, como convite, evidentemente, a critério deles a data, esperando ser a mais breve possível, para que possam dialogar com os Srs. Deputados. Já ocorreu que convite neste sentido fosse formulado e, lamentavelmente, por razões por certo as mais justas, o Deputado solicitante não pode estar em Curitiba no dia convencionado para que o Secretário do Interior e o Presidente da SANEPAR viessem a esta Casa, razão pela qual, não sei se a bancada do MDB concordaria, proporia e me exporia a, pessoalmente, convidar ambos, para que comparecessem nesta Casa o mais rápido possível, ficando sem objetivo o requerimento do eminente Deputado Nilso Sguarezi, até porque, o requerimento propõe que estejam ambos, aqui, no dia 20, que vem a ser o dia de hoje. Não haveria tempo fixo para que ambos atendessem a este convite-intimação, se assim posso designá-lo, razão pela qual eu

consulto a bancada do MDB, a fim de acolher a resposta que enuncio neste momento.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Realmente, o requerimento do Sr. Deputado Nilso Sguarezi determinava a designação da data de 20 de junho corrente, portanto, hoje. O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, é justamente sobre este ponto que nós gostaríamos de nos pronunciar. Porque, data vênha da intenção de V. Ex.^a, nós temos a impressão de que não há nada a ser votado, no momento — porque seria votar uma inocuidade, uma vez que não temos data, a data venceu-se e, isto, não representa qualquer ato de negligência por parte da Mesa.

A Mesa cumpriu com o seu dever integralmente, de modo que, nestas condições, acredito que nós não teremos que aprovar o respaldo de V. Ex.^a, porque a matéria está preclusa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Muito obrigado. A Presidência concorda com o Sr. Deputado José Muggiati Filho nas conclusões a que chegou, e considera, portanto, prejudicado o requerimento do Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Como autor do primeiro requerimento, apenas quero esclarecer à Casa, que por má interpretação, a meu ver, de avisos, este Deputado realmente solicitou ao Sr. Líder da Arena que adiasse a reunião que estava marcada para determinado dia.

Somente quero esclarecer à Casa que, naquele dia, eu estava em Curitiba, e a solicitação foi motivada porque naquele mesmo momento estava marcada uma reunião da CPI, da qual faço parte, que trata dos assuntos relacionados com a economia paranaense e a solicitação foi de que se marcasse outra data, face à impossibilidade de estar no momento, nas duas reuniões.

Mas, infelizmente, o recado ao Sr. Líder da Arena não foi transmitido, em razão pela qual, o Sr. Secretário e Presidente da SANEPAR não compareceram naquela data, nesta Casa.

De outra parte, por duas vezes, conversei com o Sr. Líder para que se convidasse as pessoas citadas para comparecerem a esta Casa. Realmente, o requerimento do ilustre Deputado Nilso Sguarezi não tem mais razão de ser, razão pela qual eu faço um apelo ao Líder da Aliança Renovadora Nacional, para que, na próxima semana, ou se possível ainda nesta semana, quinta-feira, possamos ouvir os ilustres Secretário do Interior e Presidente da SANEPAR. Isso porque todos nós sabemos, só temos ainda uma semana, de sessões.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Solicitação acolhida, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, encarecendo urgente indenização como pagamento da área atingida pela faixa de domínio da BR-153, no trecho General Carneiro a União da Vitória. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 12/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 30/77. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Administração, em forma de pedido de informações, sobre a que título está prestando serviço à Prefeitura Municipal de Tamboara, o

veículo de propriedade do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, a íntegra do discurso proferido pelo Professor Renê Dotti, na Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, por ocasião da homenagem póstuma ao Professor Napoleão Teixeira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Ministro da Agricultura e Presidente da Comissão de Financiamento da Produção, no sentido de urgente liberação das cotas de milho para os suinocultores do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine a recuperação da Ponte do Alagado, localizada na divisa de Imbituva com Prudentópolis. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. João de Mattos Leão, no sentido de ser incluído no plano de obras prioritárias do Governo, no presente exercício, a instalação de uma agência do Banco do Brasil, na sede do Município de Altônia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, manifestando a solidariedade desta Casa à Associação Brasileira dos Criadores de Suínos, e demais associações, sobre a necessidade urgente de submeter as importações de suínos por parte da empresa Agrocere ao mais rigoroso controle do Ministério. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, bem como aos Srs. Ministro da Agricultura, da Indústria e Comércio, consubstanciado em apelo, para que estas autoridades em conjunto ou separadamente, gestionem no sentido de se permitir e tornar obrigatório o adicionamento de farinha de mandioca na ração. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 141/74. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex à Direção de Esportes da Rede Globo de Televisão e demais emissoras de televisão, bem como à Associação de Cronistas Esportivos do Paraná e aos Srs. Armando Nogueira, Edson Arantes do Nascimento e João Saldanha, sugerindo que o jogador paranaense Dirceu Guimarães, seja identificado pelo cognome de "Garoto dos Pinheiros". — **Aprovado.**

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência defere.

Em votação o requerimento de autoria dos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Gabriel Sampaio. — (Pausa).

3 Srs. Deputados aprovam; quatro Srs. Deputados rejeitam. Não há quorum para deliberação e nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nºs 50, 57 e 59/78.

marcando ainda, uma sessão para sexta-feira, dia 23, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 21 e 141/77, e de Resolução nºs 29, 30, 33, 34, 35 e 37/78.

Levanta-se a Sessão.

DECRETOS:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 309/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4904, de 29 de maio de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

exonerar a pedido, ELEMAR HENSEL, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado Werner Wanderer, a partir de 30 de maio de 1978.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 310/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4904, de 29 de maio de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

prover, em Comissão, MARIA DOS PRAZERES MULLER, no cargo de Assessor de Gabinete, símbolo 3-C, com lotação no Gabinete do Deputado Werner Wanderer,

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 311/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3157, de 13 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

Constituir Comissão Especial de Concurso Público, presidida pelo Senhor Diretor Geral, FAUSTO LUIZ ABRY, mat. 555 e composta pelos funcionários ALCEU ALVES PASSOS, mat. 112 - Diretor do Departamento de Pessoal, PAULO DO CANTO PACHECO, mat. 1003 - Chefe de Gabinete da 2ª Secretaria, LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP, mat. 049 - Consultor Legislativo, WALTER JOSÉ PEIXER, mat. 136 - Técnico de Administração e na qualidade de auxiliares, os funcionários LUIZ CARLOS MOLINARI, mat. 090 e BLUMER BOSQUILLIA, mat. 414, para proceder na forma do estabelecido pelos artigos 27 a 33 e seus respectivos parágrafos, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 312/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4545, de 15 de maio de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder ao funcionário FLODOALDO TRINDADE, matrícula 091, ocupante do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 10 de novembro de 1977, data em que completou

trinta e três (33) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%) de acordo com o Art. 171, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 313/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3721, de 26 de abril de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

I – retificar "ex-officio", o Decreto Legislativo nº 672/75, de 15 de outubro de 1975, que concedeu a OLGA POPOVITCH, matrícula nº 319, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para declarar que o acréscimo quinquenal concedido pelo mesmo é a partir de 18 de dezembro de 1972 e não como consta naquele ato; e,

II – conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 18 de dezembro de 1977, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%), de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 314/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2714, de 03 de abril de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

I – retificar o Decreto Legislativo nº 477/74, de 16 de outubro de 1974, que concedeu a ILSO ESTEVÃO DE ALMEIDA, matrícula nº 045, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para declarar que o acréscimo quinquenal concedido pelo mesmo é a partir de 28 de fevereiro de 1972, e não como consta daquele ato, observada a licença para o trato de interesses particulares – (01/12/70 a 01/12/72);

II – mandar contar, para todos os efeitos legais, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1976, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, e Parecer nº 5719, do Gabinete de Assistência Técnica; e,

III – conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 03 de dezembro de 1977, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%), de acordo com o Art. 170 da Lei nº 6174, já citada.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 315/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3265, de 17 de abril de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a LIDIA MUCHINSKI, matrícula nº 487, ocupante do cargo

de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, nos termos do Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 11 de abril de 1978, data em que, em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias relativas ao ano de 1977, contadas em dobro, completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 316/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4109, de 04 de maio de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder à funcionária MARIA ALBA MENDES SILVA CASTÃO BARBOSA XAVIER, matrícula nº 490, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 20 de outubro de 1977, data em que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de cinco por cento (5%) de acordo com o Art. 171, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 317/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3014, de 10 de abril de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

designar a funcionária LILIAN MARY DOS SANTOS REBELLO, matrícula nº 437, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Taquigrafia, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, enquanto perdurar o afastamento da titular.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 318/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4912, de 29 de maio de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder ao funcionário ALBERTO SAVOIA ASSEF, matrícula nº 147, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 04 de junho de 1978, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%) de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário
 JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 319/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3334, de 18 de abril de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

I – mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do inciso I do Art. 129, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de DOROTI CUNHA WOLKMER, matrícula nº 088, ocupante do cargo de nível PL “22”, da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) anos, quatro (04) meses e quatro (04) dias de serviço prestado ao Tribunal de Contas do Paraná, compreendido entre 14 de junho de 1971 e 18 de outubro de 1977;

II – mandar contar, para todos os efeitos legais, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1977, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150 da Lei nº 6174, já citada, com nova redação dada pelo Art. 2º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 13 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário
 JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 320/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4860, de 24 de maio de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de DELTA DE ALMEIDA CARDOSO, matrícula nº 239, ocupante do cargo de nível PL “27”, da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 13 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário
 JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 321/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4687, de 18 de maio de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder ao funcionário ROQUE DE CRISTO, matrícula nº 085, ocupante do cargo de nível PL “19”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 26 de março de 1978, data em que completou trinta e quatro (34) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%), de acordo com o Art. 171, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 13 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário
 JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 322/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3440, de 21 de abril de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder ao funcionário RUY RIBAS DE OLIVEIRA, matrícula nº 257, ocupante do cargo de nível PL “23”, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 14 de fevereiro de 1978, data em que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de cinco por cento (5%), de acordo com o Art. 171, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 13 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário
 JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 323/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4389, de 10 de maio de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ CARLOS JANJÃO, matrícula nº 559, ocupante do cargo de nível PL “18” da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 13 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário
 JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 324/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4417, de 10 de maio de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder ao funcionário ENIO SANTANGELO MALHEIROS, matrícula nº 475, ocupante do cargo de nível PL “26”, da Série de Classes de Redator, do Grupo Ocupacional de Redação e Divulgação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 25 de julho de 1977, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%), de acordo com o Art. 170 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 13 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário
 JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 325/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4981, de 31 de maio de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de DINO JOSÉ BRONZE DE ALMEIDA, matrícula nº 494, ocupante do cargo de nível PL “26”, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois

(02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 326/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4918, de 29 de maio de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

I – mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de LADY CUNHA, matrícula nº 444, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 1º de março de 1968 e 1º de março de 1973;

II – mandar incorporar ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248 da já citada Lei nº 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o sexto quinquênio, compreendido entre 1º de março de 1973 e 1º de julho de 1977, antecipado em razão da incorporação referente ao quinto quinquênio e das férias do ano de 1974, contadas em dobro; e,

III – conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171 da supra citada Lei nº 6174, a partir de 1º de janeiro de 1978, data em que completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 327/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3937, de 02 de maio de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MARIA STELLA MADER DO AMARAL GURGEL, matrícula nº 105, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 328/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4290, de 09 de maio de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar pagar a INGRID MAGDA RIEDEL MENDES, viúva do ex-funcionário deste Poder, RUBENS PADILHA MENDES, falecido em 06 de maio deste ano, nos termos do Art. 205, § 2º da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a título de auxílio-funeral, a importância correspondente a um (01) mês de remuneração ou provento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 329/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4686, de 18 de maio de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LUCIANO LACERDA FILHO, matrícula nº 279, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 330/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4627, de 17 de maio de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

Art. 1º – retificar o Decreto Legislativo nº 716/77, de 06 de dezembro de 1977, a fim de incluir na relação de cargos nominados, no Artigo Primeiro do citado Decreto, o cargo de Tesoureiro Geral na forma que se segue:

TESOUREIRO GERAL Cr\$ 1.700,00

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor a partir de 1º de agosto de 1977.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2º Secretário